



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

## **PROJETO DE LEI Nº 17476/2025**

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

### **APROVA:**

**Estabelece diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas de promoção da saúde digital infantojuvenil no Município, com foco na conscientização sobre os riscos do uso excessivo de telas e redes sociais, e na articulação intersetorial entre secretarias para o desenvolvimento de ações educativas, culturais e esportivas.**

**Art. 1.º** Fica instituída, no âmbito do Município, a **Política de Conscientização sobre o Uso Saudável de Telas por Crianças e Adolescentes**, constituída por diretrizes orientadoras para a atuação das políticas públicas municipais na área da saúde, educação, esporte e assistência social que tem objetivo de informar, educar e prevenir os riscos relacionados ao uso excessivo de dispositivos eletrônicos, redes sociais e jogos virtuais.

**Art. 2.º** A Política de que trata esta Lei terá caráter intersetorial, devendo ser incentivada a cooperação entre órgãos municipais competentes, especialmente:

- I - Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente;
- II - Secretaria Municipal de Educação;
- III - Secretária Municipal de Saúde;
- IV - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- V - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- VI - Secretaria Municipal de Cultura;
- VII - Secretaria Municipal da Juventude.

**Art. 3.º** São diretrizes da Política de Conscientização sobre o Uso Saudável de Telas por Crianças e Adolescentes:

- I - promover a educação digital crítica e consciente nas unidades escolares da rede municipal;
- II - estimular a leitura, a brincadeira analógica, a prática esportiva e o convívio social presencial;
- III - fornecer apoio e orientação a pais, responsáveis e educadores quanto aos riscos associados ao uso indiscriminado de telas;
- IV - fomentar a produção e difusão de conteúdos culturais que abordem o tema da

saúde digital.

**Art. 4.º** À Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente poderá, entre outras ações, articular a integração entre as secretarias visando promover campanhas informativas e educativas na comunidade maringaense sobre os riscos do uso abusivo de redes sociais e seus impactos na saúde mental;

**Art. 5.º** Poderão ser consideradas, no âmbito da Secretária Municipal de Educação, em consonância com o disposto da Lei Federal n. 13.257/2016:

I - realização de reuniões periódicas com pais e responsáveis para orientação, troca de experiências e sugestão de atividades alternativas ao uso de telas;

II - contra turnos escolares atividades que utilizem jogos analógicos, RPGs narrativos, jogos cooperativos e dinâmicas presenciais;

III - aquisição e distribuição de livros didáticos e paradidáticos que tratem dos riscos do uso excessivo de celulares e redes sociais;

IV - formação continuada para professores e gestores escolares sobre mediação tecnológica e saúde mental digital.

**Art. 6.º** Poderão ser desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Saúde, ações voltadas a:

I - inclusão, nas UBS e centros de convivência, de cursos e rodas de conversa para gestantes e cuidadores, com foco nos impactos da exposição precoce às telas no desenvolvimento cognitivo e físico da criança, que poderá ser ofertada em consonância com a Lei Municipal 11.930/2025;

II - instrução e orientação de famílias na identificação de quadros de adoecimento psíquico e a importância de se ter uma alimentação equilibrada e se manter fisicamente ativo;

**Art. 7.º** Recomenda-se, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, a adoção de iniciativas como:

I - promover oficinas de parentalidade responsável com ênfase no uso consciente de tecnologia no ambiente doméstico.

II - articular ações com escolas e CRAS sobre saúde digital, alimentação e qualidade de vida infantil.

**Art. 8.º** Poderá ser incentivada, pela, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer atividades tais como:

I - ampliação e oferta de atividades esportivas gratuitas, especialmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;

II - promoção de torneios e jogos interativos em espaços públicos com foco na convivência, cooperação e recreação física.

**Art. 9.º** À Secretaria Municipal da Cultura poderá apoiar:

I - a produção e divulgação de materiais audiovisuais, peças teatrais e atividades culturais que tratem dos impactos do uso excessivo de telas;

II - apoiar bibliotecas, centros culturais e iniciativas comunitárias com acervo e atividades voltadas à leitura e ao uso consciente da tecnologia.

**Art. 10.º** À Secretaria Municipal da Juventude recomenda-se a consideração das seguintes ações:

I - campanhas informativas e educativas nas escolas e mídias digitais sobre os riscos do uso abusivo de redes sociais e seus impactos na saúde mental;

II - promoção de encontros de jovens com foco em criatividade offline, empreendedorismo sustentável e voluntariado em projetos ambientais.

**Art. 11.** Esta Lei constitui diretrizes de políticas públicas que devem ser observadas pelas secretarias competentes em seus planejamentos, podendo ser regulamentadas por ato do Executivo.

**Art. 12.** Esta Lei será executada em consonância com as disposições da Lei Municipal nº 11.534/2023, que institui a Semana Municipal da Conscientização do Uso Seguro da Internet por Crianças, e da Lei Municipal nº 11.788/2023, que institui campanha sobre o uso consciente e seguro da internet na primeira infância.

§1º As ações previstas nesta Lei deverão ser planejadas e implementadas de forma articulada com as iniciativas já previstas nas referidas leis, observada a competência de cada secretaria envolvida.

§2º Os dispositivos da presente Lei têm caráter complementar, devendo ser observada a coerência temática e a otimização dos recursos públicos na execução das políticas públicas voltadas à proteção da infância frente ao uso de tecnologias digitais.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder**, 26 de junho de 2025.

**ITALO L. MARONEZE**  
Vereador-Autor



Documento assinado eletronicamente por **Italo Lourenço Maroneze, Vereador**, em 26/06/2025, às 15:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0392036** e o código CRC **23744028**.